

**PROCESSO Nº: 0802713-21.2021.4.05.8400 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**  
**IMPETRANTE:** JMT SERVICOS E LOCAÇAO DE MAO DE OBRA LTDA  
**ADVOGADO:** Vanildo Cunha Fausto De Medeiros  
**IMPETRADO:** UNIÃO FEDERAL  
**4ª VARA FEDERAL - RN (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)**

## DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por JMT SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado qualificada à inicial e representada por advogado habilitado, contra ato reputado abusivo e ilegal atribuído ao SENHOR DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, igualmente qualificado, visando à obtenção de ordem para que seja reconhecido o seu direito de utilizar os créditos de PIS e COFINS provenientes de despesas com vale-transporte, vale-alimentação/refeição e fornecimento de fardamento/uniforme, bem como à compensação dos valores recolhidos indevidamente a tal título nos últimos 5 (cinco) anos.

Alegou a impetrante, em suma, que: a) é pessoa jurídica de direito privado atuando principalmente com locação de mão-de-obra; b) em razão de suas atividades, está sujeita ao recolhimento do PIS e da COFINS sob o regime da não-cumulatividade; c) diante da natureza da atividade prestada, concede vale-transporte, vale-alimentação e fardamento aos seus empregados, a fim de que possam prestar o serviço; d) o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial n.º 1.221.170/PR, assentou a tese de que o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios da essencialidade ou relevância para o desenvolvimento da atividade econômica do contribuinte; e) tem direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos.

Juntou documentos.

### É o relatório. Decido.

Concorrem para a concessão de liminares em sede de Mandado de Segurança os requisitos constantes do art. 7.º, III, da Lei n.º 12.016/2009, ou seja, a relevância do fundamento e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, caso a medida seja concedida somente ao final do trâmite processual, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Na hipótese, numa análise perfunctória da questão, própria dessa fase processual, vislumbro os requisitos necessários ao deferimento da medida. Explico.

Pretende a impetrante, em sede de medida liminar, o aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas que detém com vale-transporte, vale-alimentação/refeição e fornecimento de fardamentos/uniformes.

O regime não cumulativo das contribuições PIS e COFINS é disciplinado pelas Leis n.º 10.637/02 e 10.833/03, que não definiram especificamente o conceito de insumo.

Assim, com o intuito de regulamentar as referidas legislações, foram editadas as Instruções Normativas SRD n.º 247/2002 e 404/2004, que definiram o conceito de insumo para efeito de

creditamento relativo ao PIS e à COFINS.

Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 1.221.170/PR, fixou as seguintes teses: a) é ilegal a disciplina de creditamento prevista nas Instruções Normativas da SRF n.º 247/2002 e 404/2004, porquanto compromete a eficácia do sistema de não-cumulatividade da contribuição ao PIS e da COFINS, tal como definido nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003; e b) o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item - bem ou serviço - para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo contribuinte.

Nesse sentido, observe-se a ementa a seguir transcrita:

"TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO-CUMULATIVIDADE. CREDITAMENTO. CONCEITO DE INSUMOS. DEFINIÇÃO ADMINISTRATIVA PELAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS 247/2002 E 404/2004, DA SRF, QUE TRADUZ PROPÓSITO RESTRITIVO E DESVIRTUADOR DO SEU ALCANCE LEGAL. DESCABIMENTO. DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE INSUMOS À LUZ DOS CRITÉRIOS DA ESSENCIALIDADE OU RELEVÂNCIA. RECURSO ESPECIAL DA CONTRIBUINTE PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO, SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973 (ARTS. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015). 1. Para efeito do creditamento relativo às contribuições denominadas PIS e COFINS, a definição restritiva da compreensão de insumo, proposta na IN 247/2002 e na IN 404/2004, ambas da SRF, efetivamente desrespeita o comando contido no art. 3º, II, da Lei 10.637/2002 e da Lei 10.833/2003, que contém rol exemplificativo. 2. O conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios da essencialidade ou relevância, vale dizer, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item - bem ou serviço - para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo contribuinte. 3. Recurso Especial representativo da controvérsia parcialmente conhecido e, nesta extensão, parcialmente provido, para determinar o retorno dos autos à instância de origem, a fim de que se aprecie, em cotejo com o objeto social da empresa, a possibilidade de dedução dos créditos relativos a custo e despesas com: água, combustíveis e lubrificantes, materiais e exames laboratoriais, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual-EPI. 4. Sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015), assentam-se as seguintes teses: (a) é ilegal a disciplina de creditamento prevista nas Instruções Normativas da SRF ns. 247/2002 e 404/2004, porquanto compromete a eficácia do sistema de não-cumulatividade da contribuição ao PIS e da COFINS, tal como definido nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003; e (b) o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item - bem ou serviço - para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo Contribuinte." (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n.º 1.221.170/PR. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Julgamento: 22 de fevereiro de 2018).

No aludido julgado, portanto, o STJ entendeu que o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios da essencialidade ou relevância, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado bem ou serviço para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada

pelo contribuinte.

Assim, para a análise da essencialidade do item, faz-se necessária a constatação da sua dependência na cadeia produtiva, de modo que deve se apresentar como elemento estrutural e inerente do processo produtivo, ou ao menos, que a sua falta lhes despoja de qualidade, quantidade e/ou suficiência.

A relevância, por sua vez, se relaciona à finalidade do item que, embora não necessite ser considerado na elaboração direta do próprio produto/prestação do serviço, integre o processo de produção, seja pelas singularidades de cada cadeia produtiva, seja por imposição legal.

No caso concreto, de acordo com o contrato social juntado aos autos (id. n.º 4058400.8506772), a empresa impetrante tem como objetivo social: locação de mão de obra temporária, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínio predial, atividades de monitoramento de sistema de segurança; reparação e manutenção de computadores e equipamentos periféricos; construção de edifícios, coleta de resíduos não perigosos, limpeza em prédios e em domicílios, obras de alvenaria, demolição de edifícios e estruturas, preparação de canteiro e limpeza de terreno, atividades paisagísticas, serviços de pinturas em edifícios, UTI móvel, serviços móvel de atendimento a urgência, exceto por UTI Móvel, serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências, estacionamento de veículos, serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, locação de automóveis sem condutor, transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, transporte escolar e comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas.

O eg. Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região já decidiu que, para as empresas prestadoras de serviço, os gastos com vale-transporte, vale-alimentação e fardamento de seus empregados constituem insumos diretos, autorizados genericamente a serem descontados da base de cálculo das contribuições sociais, conforme ementa do seguinte precedente, cujos fundamentos invoco como razões de decidir:

"EMENTA: TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. RECEITA BRUTA. EXCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 3º DA LEI N.º 9.715/98). O CUSTO OPERACIONAL DA EMPRESA DECORRENTE DE PAGAMENTOS ÀS ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO EQUIVALE A INSUMOS, QUE CONSTITUEM MATERIAL UTILIZADO PARA OBTENÇÃO DO RESULTADO FINAL DE PRODUTO. PRETENSA NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO DO ACÓRDÃO A RECURSO ESPECIAL, FIRMADO SOB O REGIME DE JULGAMENTOS REPETITIVOS (RESP N.º 1.221.170/PR). AUSÊNCIA DE DISSONÂNCIA DO JULGADO DESTA TURMA COM A TESE FIRMADA PELO PARADIGMA DO STJ (TEMA 779, ITEM B). JUÍZO DE RETRATAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. Caso em que retornam os autos da Vice-Presidência desta Corte à Quarta Turma, a bem de se lhe permitir ajustar seu julgamento originário a determinado precedente do STJ (RESP n.º 1.221.170/PR), decidido em sede de julgamentos repetitivos (Tema 779, item "b"), no qual se adotou a seguinte tese: "(a) é ilegal a disciplina de creditamento prevista nas Instruções Normativas da SRF ns. 247/2002 e 404/2004, porquanto compromete a eficácia do sistema de não-cumulatividade da contribuição ao PIS e da COFINS, tal como definido nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003; e (b) o conceito de insumo deve ser aferido

à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item - bem ou serviço - para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo Contribuinte".

2. Hipótese em que o acórdão proferido por esta Primeira Turma entendeu que, para as empresas prestadoras de serviço, os gastos com vale-transporte, vale-alimentação e fardamento de seus empregados constituem insumos diretos, autorizados genericamente a serem descontados da base de cálculo das contribuições sociais.

3. Inocorrência de divergência entre o julgado anteriormente proferido por esta e. Turma e o decidido no recurso paradigma sob exame. Descabimento do juízo de retratação previsto no art. 1039, NCPC.

4. Juízo de retratação não exercido. Manutenção do acórdão conforme prolatado". (BRASIL, Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região, Apelação Cível n.º 200981000078231, 1.<sup>a</sup> T., Rel. Des. Fed. Ivan Lira de Carvalho, j.: 07 de novembro de 2019).

Noutro giro, quanto ao *periculum in mora*, igualmente se avulta, haja vista que a parte impetrante está sendo onerada em sua carga tributária num momento em que estamos vivenciando uma grave crise sanitária e econômico-financeira, o que deve ser de logo remediado.

DIANTE DO EXPOSTO, **defiro** o pedido liminar para determinar que a autoridade impetrada autorize o aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS pela impetrante sobre as despesas que detém, a título de insumos, com vale-transporte, vale-alimentação e fardamento.

Notifique-se a autoridade impetrada para que apresente informações no prazo de 10 (dez) dias.

Intime-se o órgão de sua representação judicial para dizer de seu interesse em intervir no feito.

Após as informações, vista ao Ministério Público Federal.

A seguir, retornem os autos conclusos para sentença.

***Confiro à presente decisão força de mandado para que surta seus jurídicos e legais efeitos com sua simples apresentação, pela parte impetrante ou seu advogado, a quem de direito.***

Intimem-se. Cumpra-se.



Processo: **0802713-21.2021.4.05.8400**

Assinado eletronicamente por:

**GISELE MARIA DA SILVA ARAUJO LEITE -  
Magistrado**

**Data e hora da assinatura: 23/04/2021 20:00:32**

**Identificador: 4058400.8509920**



21042312002909400000008536767

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfrn.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>